

Domingo, 31 de junho de 2022

O Estado Democrático de Direito inclui, não exclui. Sindsprev-PE é a favor de carta apresentada pela USP

Desde a última terça-feira (26), perpassa por entre os brasileiros a carta elaborada pela Faculdade de Direito da USP, intitulada “Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito” que manifesta oposição aos ataques contra o processo eleitoral atual do Brasil, bem como a credibilidade das urnas eletrônicas.

O documento foi assinado por diversos membros da sociedade civil, são cidadãos e cidadãs brasileiros, docentes da USP e de outras instituições, ex-ministros do STF, artistas, jornalistas, empresários, personalidades religiosas, bem como servidoras e servidores públicos que em protesto ao nepotismo, autoritarismo e ameaça à felicidade do nosso povo, assinaram o documento totalizando neste último domingo de julho (31) quase 600 mil assinaturas.

Mas o que é o Estado Democrático de Direito? Conceito que não é novo, que já se formava desde Platão e Aristóteles, passando por vários estudiosos que analisam sobre como a sociedade se movimenta e sobre os direitos que lhe asseguram a sobrevivência como um todo, que se estende entre as gerações evoluindo e não retrocedendo e que foi nos assegurado na Constituição de 1988, o Estado Democrático de Direito preocupa-se com a felicidade coletiva e por isso respeita e preza pela soberania popular, aquela que como o próprio nome já diz, atua com o povo no comando e quem esse povo elege para assentar-se na cadeira de presidente não é mito, nem ídolo, nem tampouco ditador autoritário, mas sim seu aliado. No Brasil, se ele cumpre a essência do Estado Democrático de Direito, ele é seu representante, que fala segundo a voz de sua população e atua para suprir as suas necessidades.

Nós do Sindsprev Pernambuco somos contra o autoritarismo do atual governo. Ele fere os princípios básicos da democracia. Ele se coloca acima da Lei. Ele coloca em dúvidas a força de decisão dos brasileiros a partir do momento que descredibiliza o poder do nosso voto através das urnas eletrônicas, por exemplo. Urnas estas que lamentavelmente computaram os votos que o colocaram no poder em 2018 fazendo valer a decisão da maioria, que “lesada” por discursos religiosos e anticorrupção, por esse que se diz nosso representante, fez do mesmo um presidente, por causa da democracia que ele mesmo ameaça.

O governo atual trata os brasileiros como um pai cego e velho que recebe os avisos do que se passa ao seu redor apenas por ele para depois tomar as devidas decisões. Contudo, é importante destacar a experiência do pai e que esse pai não tem

apenas o presidente como informante. Nós do Sindsprev estamos atentos aos seus desvios de conduta e alertamos a você, servidor, que os direitos que você possui correm risco. Afinal, em um país tão diverso como o Brasil, como governar para poucos? E quando fazemos este questionamento, levantamos diversos outros: se o presidente é representante do povo, como ele privatiza os serviços públicos e coloca esses serviços sob comando de seus amigos empresários que são apenas um grupo pequeno de ricos poderosos sem recorte, nem vivência de pobreza nem respeito pelo amparo da sociedade como um todo? Se o presidente é representante do povo, como que ele se aproveita da EC95, a “emenda do teto de gastos”, instituída ainda no governo Temer, uma grande ferramenta para limitar investimentos nos serviços públicos, deixando setores importantíssimos ficarem à míngua, como a saúde, a educação, a previdência, dentre outros? Se o Estado Democrático de Direito não corresse risco, como o Brasil, um país subdesenvolvido, retrocede em vez de evoluir, excluindo brasileiras e brasileiros do direito à comida, saúde, segurança, educação dentre outros? Somos quase 40 mil servidores públicos por todo o país e sofremos com nossos bolsos sem um aumento salarial que já caminha para 6 anos. O que dizer das mães e pais de família que perderam seus empregos, dos estudantes que não conseguem ter acesso a um ensino de qualidade, das pessoas que vivem em situação de fome e extrema pobreza no nosso país? O Estado Democrático de Direito não exclui, mas inclui e o que ocorre é justamente o contrário.

Precisamos, como cidadãos e cidadãs brasileiros, manifestar o nosso posicionamento, por sermos integrantes da sociedade civil não concordamos com as atitudes autoritárias de atentado e ameaça à destruição dos direitos democráticos da sociedade brasileira que duramente atinge à nossa categoria, pois perderíamos não só a nossa estabilidade e liberdade, mas também o direito de exercer a nossa função pública, como já está acontecendo com milhares de servidores que estão sendo perseguidos pela atual política autoritária que demonstra claramente sua falta de compromisso com a democracia.

Somos muitos, não nos esqueçamos! Assine a carta que será lida no dia 11 de agosto, em um evento que pretende reunir entidades e membros da sociedade no pátio da USP, local onde foi lida nesta mesma data, em 1977, a carta de autoria do professor de direito Goffredo da Silva Telles Junior em oposição ao governo da ditadura militar.

Confira no site: www.estadodedireitosempre.com